

**CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DA CIDADE
DO RIO DE JANEIRO
– CONSEMAC –**

**Câmara Setorial Permanente do Fundo de Conservação Ambiental (CSPFCA)
Parecer 18/2018**

Setembro / 2018

I – OBJETIVOS

Considerando a atribuição do CONSEMAC de monitorar a aplicação dos recursos do Fundo de Conservação Ambiental do Município do Rio de Janeiro (FCA), anualmente a Câmara Setorial Permanente do Fundo de Conservação Ambiental deste Conselho elabora um parecer, contendo a avaliação sobre os investimentos e a aplicação dos recursos do FCA do ano anterior. Este parecer tem os seguintes objetivos:

- Analisar a aplicação dos recursos do FCA no ano de 2017, comparando o executado com as diretrizes prioritárias aprovadas para esse ano pelo CONSEMAC;
- Sistematizar o histórico e analisar a composição dos recursos que integram o FCA, em especial os royalties da exploração de petróleo;
- Propor melhorias no sistema de planejamento, gestão e controle na aplicação dos recursos do FCA.

II – HISTÓRICO DO FUNDO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

O Fundo de Conservação Ambiental do Município do Rio de Janeiro foi criado pela Lei Orgânica, a qual previu no Parágrafo Único do Artigo 129, que *“o município instituirá fundo de conservação ambiental, que terá por objetivo o financiamento de projetos de recuperação e restauração ambiental, de prevenção de danos ao meio ambiente e de educação ecológica.”*

Posteriormente, em 1994, a Lei Municipal nº 2.138, publicada em maio, criou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), ratificou a decisão de criação do FCA, designou a SMAC como responsável por sua gestão e definiu, no Parágrafo 2º do Artigo 11, as fontes de recursos que constituiriam o fundo, a saber: (I) multas próprias e participação em multas; (II) tributos específicos; (III) recursos captados em fontes específicas; (IV) dotações orçamentárias.

No mesmo ano de 1994, em novembro, o Decreto nº 13.377 regulamentou o FCA. Dentre as determinações deste decreto pode-se destacar:

- A ampliação dos recursos que constituem o FCA, incluindo doações de pessoas físicas e jurídicas, subvenções, convênios, operações de crédito, resultado financeiro de suas aplicações e outros;
- O detalhamento das atividades nas quais os recursos do fundo podem ser aplicados;

- A criação de uma Comissão Gestora e a respectiva definição dos seus membros.

Aquele decreto foi alterado pelos Decretos nº 22.222/02, nº 21.561/02 e nº 26.278/06 e por fim, pelo Decreto nº 41.248/16 que revoga os Decretos nº 13.377/94, nº 26.278/06 e nº 28.255/07, mudando principalmente a composição da Comissão Gestora do FCA com a inclusão de um representante da Procuradoria Geral do Município e de um representante da sociedade civil, bem como, conferindo à mesma Comissão a responsabilidade de examinar, aprovar e acompanhar a aplicação dos recursos.

Mas, foi o Decreto 14.983, de 19 de julho de 1996, que incluiu entre os recursos que constituem o FCA aqueles oriundos da compensação financeira pela exploração do petróleo recebida pelo município do Rio de Janeiro, comumente conhecidos como “royalties”.

Em meados de 2008, os membros da Câmara do FCA iniciaram as discussões na expectativa de elaborar e indicar diretrizes prioritárias para aplicação do Fundo de Conservação Ambiental mais específica.

Diante disso, para o ano de 2009, os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro optaram por aprovar diretrizes prioritárias mais restritivas para a aplicação dos recursos do FCA, elencando nove atividades que deveriam ser priorizadas e indicando que pelo menos 60% dos recursos totais do FCA deveria ser investido nestas atividades. Essa postura visava contribuir para o norteamento da aplicação da verba do FCA pelo Poder Executivo e para o melhor controle público da utilização destes recursos.

No entanto, já para o ano de 2010, foram estabelecidas 5 diretrizes prioritárias com 17 subitens, mantendo a indicação de aplicação de pelo menos 60% dos recursos totais em projetos relativos aos temas priorizados.

Para o ano de 2011, o CONSEMAC optou por repetir integralmente, sem qualquer alteração, as mesmas 5 diretrizes prioritárias e os 17 subitens. A única inovação para 2011 foi a ampliação de 60% para 80% como limite mínimo dos recursos do FCA que deveriam ser investidos nas prioridades.

Em 2012, o Conselho deliberou repetir as 5 diretrizes prioritárias com os 20 subitens (com uma atualização em uma delas). A inovação se restringiu a incluir uma diretriz que recomendava a aplicação de pelo menos 10% dos recursos disponíveis no FCA nas unidades de conservação.

As mesmas diretrizes, sem alterações, foram mantidas para o ano de 2013 e, para 2014, o Conselho decidiu repetir as 5 diretrizes prioritárias com 21 subitens, ou seja, acrescentando dois subitens e inserindo 3 artigos que incentivavam a elaboração de banco de projetos com vistas ao atendimento das diretrizes prioritárias.

Para o ano de 2015, as 5 diretrizes prioritárias e seus 23 (vinte e três) subitens foram mantidos sem alterações, com exceção do acréscimo de um artigo determinando que, caso não se utilizasse recursos do Fundo de Conservação Ambiental-FCA para atendimento de algum Tema prioritário, a SMAC deveria demonstrar que o mesmo foi contemplado por outras fontes de recursos.

Para o ano de 2016, a Câmara Técnica do FCA decidiu por manter as mesmas diretrizes do ano anterior, sem alterações. Por fim, para 2017 foram mantidas as mesmas diretrizes estabelecidas para 2016.

III – JUSTIFICATIVA

A CSPFCA vem, desde 2008, propondo ferramentas e instrumentos para ampliar a transparência e melhorar o controle público sobre a aplicação dos recursos do FCA. Assim, têm sido produzidos relatórios sobre a utilização dos recursos do Fundo a partir do exercício de 2009 até o ano em questão. Essas análises permitem que o CONSEMAC mantenha-se firme no monitoramento da execução da dotação orçamentária anual do FCA.

A elaboração e publicação destes relatórios contribuem, de maneira decisiva, para o aprimoramento da gestão dos recursos do FCA, com o CONSEMAC cumprindo sua atribuição como fiscalizador da aplicação desses recursos.

IV - AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FCA EM 2017

De acordo com as informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente, o Fundo de Conservação Ambiental teve em 2017 um total de R\$11.581.624,18 de recursos aplicados a projetos, sendo que 57,5% desse total (R\$6.664.524,28) se referem à incorporação do superávit financeiro do ano anterior e 42,5% (R\$4.917.099,90) oriundos do ano de 2017.

O quadro abaixo ilustra a origem dos recursos que compuseram a aplicação dos recursos do FCA em 2017.

Tabela 1 – Origem dos recursos do FCA aplicados em 2017

Origem dos recursos	Superávit de 2016	Recursos em 2017	TOTAL	
Royalties do petróleo	-	150.477,60	150.477,60	1,3%
Multas por infração às leis ambientais	468.211,25	4.760.622,30	5.228.833,55	45,1%
Outras receitas (corte de árvores, vendas de mapas e publicações)	6.196.313,03	-	6.196.313,03	53,5%
Outros créditos suplementares	-	6.000,00	6.000,00	0,1%
TOTAL	6.664.524,28	4.917.099,90	11.581.624,18	100%
	57,5%	42,5%	100%	

Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos pelo SCMA/SUBG/Apoio Administrativo do Fundo de Conservação Ambiental

Analisando-se os dados do quadro acima, do total de recursos do FCA aplicados em 2017, somando-se o superávit de 2016 e os aportes de 2017, observa-se que 53,5% (R\$6.196.313,03) provêm de receitas arrecadas com a cobrança de taxa pela supressão de árvores, venda de publicações e de mapas, 45,1% (R\$5.228.833,55) advém da arrecadação por multas, 1,3%

(R\$150.477,60) são oriundos de Royalties do Petróleo e 0,1% (R\$6.000,00) resultam de outros créditos suplementares.

Conforme Relatório de Aplicação de Recursos do Fundo de Conservação Ambiental, fornecido pela Subsecretaria de Gestão da SECONSERMA, 84,4 % (R\$9.774.089,12) do total de recursos orçamentários disponíveis para o FCA em 2017, foram comprometidos.

Na Tabela 2 estão relacionados os projetos que utilizaram recursos do FCA em 2017.

Tabela 2 – Lista de projetos previstos, aprovados e executados, para aplicação de recursos do FCA em 2017 (Posição em 31/12/2017)

PROCESSO INSTRUTIVO	PROJETO	APROVAÇÃO NO FCA		DIRETRIZ CONSEMAC	ANDAMENTO				
		Data	Valor (R\$)		Situação Processual	Valores comprometidos com aplicação de recursos em 2017 (R\$)	Valores Executados com aplicação de recursos em 2017 (R\$)	Início	Conclusão
14/000.198/13	Manutenção do Reflorestamento da Serra do Lameirão	06/03/15	2.555.040,81	5.2	Encerrado	317.707,59	317.707,59	03/09/14	26/10/17
14/200.271/12	Programa de Patrulha Ambiental (Prorrogação)	22/03/12 24/07/14 30/08/17	5.532.911,44 5.261.545,04 2.458.529,96	3.2	Em execução	2.624.732,21	2.624.732,21	21/09/12	20/09/18
14/000.588/10	Avaliação da Qualidade da Água da Lagoa Rodrigo de Freitas e dos Rios e Canais a ela ligados (Prorrogação)	03/08/10 09/10/13	3.981.583,60 3.844.694,81	3.1.2	Encerrado	149.185,94	149.185,94	01/12/11	06/12/16
14/000.350/13	Manutenção e Operação da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar e de Meteorologia da Cidade do Rio de Janeiro (Prorrogação)	06/03/15	4.677.911,44	3.1.2	Rescindido	173.780,80	173.780,80	01/01/15	06/04/17
14/000.289/16	Programa de Monitoramento da Qualidade das Areias das Praias do Município do Rio de Janeiro	17/04/15	1.252.312,28	3.1.2	Em execução	408.362,70	408.362,70	01/06/17	31/05/19
14/000.440/15	Locação de veículos de apoio com motorista e combustível para o programa de reflorestamento - Caminhões	15/07/15	1.257.329,34	5.2	Em execução	701.820,63	692.820,63	16/02/16	15/04/18
14/000.443/15	Locação de veículos de apoio com motorista e combustível para o programa de reflorestamento - pick up	15/07/15	1.650.750,00	5.2	Em execução	846.664,51	846.664,51	10/05/16	09/05/18
14/000.775/15	Monitoramento da Qualidade do Ar do Município do Rio de Janeiro-Monitorar-Rio	18/07/16	5.669.653,93	3.1.2	Em execução	3.021.107,56	3.021.107,56	01/12/16	30/11/18
14/000.668/16	Avaliação da Qualidade da Água da Lagoa Rodrigo de Freitas e dos Rios e Canais a ela ligados	26/10/16 27/06/17	4.421.655,18	3.1.2	Em execução	526.191,78	526.191,78	26/09/17	25/09/19
14/000.330/15	Serviços para operação, manutenção e limpeza da piscina pública do Parque Natural Municipal do Mendanha	27/06/17	178.689,89	1.6	Encerrado	178.689,89	178.689,89	01/01/17	22/10/17
14/000.753/16	Locação de veículos com motorista e com combustível	27/06/17	4.783.564,55	1; 2; 3; 4 e 5	Em execução	825.845,51	726.522,01	01/01/17	30/11/19
TOTAL						9.774.089,12	9.665.765,62		

Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos pelo SCMA/SUBG/Apoio Administrativo do Fundo de Conservação Ambiental

As diretrizes prioritárias estabelecidas pelo CONSEMAC para 2017, por meio da Deliberação CONSEMAC “E” nº 137 de 14 de fevereiro de 2017, estão apresentadas a seguir:

Tema 1 - Unidades de Conservação:

1.1 - Desenvolver e implantar o Sistema Municipal de Unidades de Conservação, buscando a adequação das unidades existentes e sua gestão sustentável.

1.2 - Elaboração dos planos de manejo e a constituição e qualificação dos conselhos de gestão.

1.3 - Implantar Corredores Verdes e o Mosaico de Unidades de Conservação da Orla e Maciços Litorâneos.

1.4 - Conservação e recuperação de recursos naturais.

1.5 - Construção, manutenção e melhorias da infraestrutura.

1.6 - Estruturação das Unidades de Conservação para uso público.

Tema 2 - Educação Ambiental:

2.1 - Desenvolver e implantar Projetos Ambientais de Integração Social, Cidadania e Meio Ambiente.

2.2 - Reestruturar a Política de Educação Ambiental, viabilizando ações educativas em complementação a execução de projetos e intervenções da Prefeitura.

2.3 - Conscientizar as populações das bacias dos corpos hídricos quanto à necessidade de melhoria das condições ambientais e de drenagem.

2.4 Implantar programas de educação ambiental, vinculados à coleta seletiva e reciclagem do lixo.

2.5 - Promover ações de educação ambiental objetivamente direcionada a conscientizar a população para a necessidade de evitar a ocupação irregular de áreas protegidas ou de interesse ambiental.

2.6 - Retomada das ações da Agenda 21 no Município do Rio de Janeiro.

2.7- Estabelecer e implantar projetos que tenham como objetivo a divulgação dos trabalhos executados no plenário e nas câmaras do CONSEMAC;

Tema 3 - Prevenção de Danos ao Meio Ambiente:

3.1. Elaborar Diagnóstico Ambiental Preliminar da Cidade com ênfase nos seguintes tópicos:

3.1.1. Mapa de conflitos e susceptibilidades e riscos ambientais para a cidade, identificando os pontos críticos e as possíveis soluções executivas.

3.1.2. Indicadores de qualidade ambiental para a tomada de decisão e divulgação junto à população.

3.2. Consolidar e aumentar a eficácia e eficiência do Sistema Municipal de Controle e Licenciamento Ambiental, através da informatização dos procedimentos e da ampliação das ações de monitoramento e fiscalização ambientais.

3.3. Investir em ações de contenção da expansão urbana desordenada ou irregular em áreas protegidas ou passíveis de proteção, incluindo a possibilidade de monitoramento por georreferenciamento.

3.4 Desenvolver e implantar projetos que visem à redução de emissões de gases de efeito estufa na cidade do Rio de Janeiro.

3.5 Estabelecer e implantar projetos que atendam à infraestrutura organizacional do CONSEMAC.

Tema 4 - Projetos de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas:

4.1 - Ampliar as ações de revegetação de áreas degradadas da Cidade, incluindo as faixas marginais e de nascentes de rios, mangues e restingas, priorizando a utilização de mão de obra de comunidades carentes e do local de execução do projeto.

Tema 5 - Rio Sustentável:

5.1 – Desenvolver e implantar Projetos Ambientais que integrem o Programa Rio Capital da Bicicleta.

5.2 – Desenvolver e implantar Projetos Ambientais que integrem o Programa Rio Capital Verde.

A Deliberação “E” nº 137/17 determina, ainda, que da totalidade de recursos correspondentes aos projetos aprovados e liberados para execução em 2017, no mínimo 80% (oitenta por cento) dos recursos devem corresponder à projetos enquadrados nas prioridades estabelecidas nos temas anteriores. A Deliberação também prevê que deverá ser garantida a aplicação mínima dos recursos utilizados no Fundo de Conservação Ambiental – FCA, na proporção de:

- I- 10% (dez por cento) para o atendimento das diretrizes relativas ao Tema 1 – Unidades de Conservação.
- II- 10% (dez por cento) para o atendimento das diretrizes relativas ao Tema 2 – Educação Ambiental.

No caso de não utilização de recursos do Fundo de Conservação Ambiental – FCA para atendimento de algum Tema prioritário, a deliberação

prevê que a SECONSERMA deverá demonstrar que o mesmo foi contemplado por outras fontes de recursos. Também prevê que todos os temas das diretrizes aprovadas deverão ter, pelo menos, um projeto submetido à Comissão Gestora do FCA.

Segundo a SECONSERMA, a totalidade dos recursos foi investida em atividades consideradas prioritárias, indo além do cumprimento da deliberação de ter pelo menos 80% dos recursos em prioridades, e que os mesmos estão enquadrados nos objetivos de financiamento dispostos na Lei nº 2.138, de 11 de maio de 1994, que determina a aplicação dos recursos do FCA em projetos de recuperação e restauração ambiental, prevenção de danos ao meio ambiente e educação ambiental.

Ainda conforme a Tabela 2, pode-se verificar que foram executados dez serviços segundo três temas prioritários estabelecidos pela deliberação CONSEMAC e um serviço atendeu a todas às diretrizes simultaneamente. A distribuição da utilização dos recursos por temas prioritários pode ser observada na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 - Distribuição dos recursos aplicados em 2017 por temas prioritários

Diretrizes - Temas Prioritários	Valor Executado pelo FCA (R\$)	%
1 - Unidades de Conservação	178.689,89	1,8
2 - Educação Ambiental	-	-
3 - Projetos de Prevenção de Danos ao Meio Ambiente	6.903.360,99	71,4
4 - Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas	-	-
5 - Rio Sustentável	1.857.192,73	19,2
Atende a todas as diretrizes (*)	726.522,01	7,5
TOTAL	9.665.765,62	100,00

Nota: Tendo em vista a natureza dos serviços executados, não é possível distribuir percentuais relacionados a cada um dos temas estabelecidos.

Pela Deliberação CONSEMAC “E” nº 137/17, as diretrizes / temas prioritários de Unidades de Conservação e de Educação Ambiental devem ser contempladas cada uma com o equivalente a 10% do valor executado pelo FCA em 2017. A mesma deliberação prevê que no caso da não utilização de recursos do FCA para atendimento de algum tema prioritário, a SECONSERMA deverá demonstrar que o mesmo foi contemplado por outras fontes de recursos.

Assim sendo, foram levantados os recursos aplicados aos temas Unidades de Conservação e Educação Ambiental segundo outras fontes, resultando nas informações apresentadas na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4 - Distribuição dos recursos aplicados em 2017 em Educação Ambiental e Unidades de Conservação, segundo o FCA e outras fontes

Diretrizes – Temas Prioritários	Valor Executado pelo FCA (R\$)	Valor Executado por Medidas Compensatórias (R\$)	Valor Executado por Isenção Fiscal (R\$)	Valor executado por orçamento SECONSERMA (R\$)	Valor Total (R\$)	% em relação ao Total executado pelo FCA
1 - Unidades de Conservação	178.689,89	-	1.907.324,58	-	2.086.014,47	21,58
2 - Educação Ambiental	-	141.576,10	190.117,30	329.350,38	661.043,78	6,84

Pelas análises efetuadas a partir da Tabela 4, pode-se verificar que, em 2017, o Tema Unidade de Conservação foi contemplado com recursos do FCA,

bem como por outras fontes de recursos, tendo alcançado um total de R\$2.086.014,47, o que corresponde a 21,58% do total de recursos aplicados pelo FCA em 2017.

Para o Tema Educação Ambiental, foi alcançado o montante de R\$661.043,78, executado por outras fontes, o que corresponde a 6,84% do total de recursos aplicados pelo FCA em 2017. No entanto, deve-se ressaltar que em 2017 foi iniciada a implementação de projeto de educação ambiental para Dinamização de Unidades de Conservação, utilizando-se de recursos de isenção fiscal, no valor de R\$633.724,29, cuja execução foi de somente R\$190.117,30 (Tabela 4), tendo em vista o seu início em outubro de 2017, sendo o restante a ser executado em 2018.

V - BANCO DE PROJETOS

No Anexo III consta o Banco de Projetos 2017/2018 da Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente – SECONSERMA, atualizado.

VI – CONCLUSÕES

De acordo com as informações prestadas, os projetos executados com recursos do FCA no ano de 2017 estão em conformidade com o que preconiza a legislação sobre o uso destes recursos, e estes foram direcionados para projetos que podem ser classificados dentro das diretrizes prioritárias estabelecidas pelo CONSEMAC para este ano.

Para o Tema Educação Ambiental, o início tardio do Projeto de Dinamização de Unidades de Conservação, executado por meio de isenção fiscal, não permitiu que maior parcela dos recursos fosse executada ainda em 2017.

VIII – RECOMENDAÇÕES

A partir dos dados analisados e das conclusões indicadas acima, recomenda-se que a SECONSERMA continue se empenhando junto ao Exmo. Senhor Prefeito, para que todos os recursos referentes aos royalties do petróleo sejam repassados ao FCA revertendo a tendência observada nos últimos anos.

Em 27 de setembro de 2018.

MARCO ANTONIO BARBOSA
Coordenador da Câmara Setorial Permanente do FCA

ANEXO I

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO Recursos oriundos de outras fontes em 2017

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	PROJETO	FONTE	INVESTIMENTO (R\$)
PNM da Cidade	Serviço de consultoria para elaborar Plano de Manejo do PNM da Cidade	Isenção Fiscal	652.821,98
PNM Penhasco Dois Irmãos	Serviços especializados para apoio técnico a elaboração de Plano de Manejo do PNM Penhasco Dois Irmãos	Isenção Fiscal	429.201,16
PNM Bosque da Barra	Operação Horto Rizzini	Isenção Fiscal	825.301,44
Total			1.907.324,58

ANEXO II

EDUCAÇÃO AMBIENTAL Recursos oriundos de outras fontes em 2017

PROJETO / PROGRAMA / MATERIAL	FONTE	INVESTIMENTO (R\$)
Prestação de serviço de Educação Ambiental em Núcleo do CEA em UC	Medida Compensatória	44.500,00
Confecção de uniformes do PEAR, Hortas Cariocas e Voluntários Prestação de serviço de educação ambiental em núcleo do CEA em UC Prestação de serviço de auxiliar administrativo em educação ambiental no CEA	Medida Compensatória	31.162,32
Confecção de camisas para o Dia Mundial do Meio Ambiente Confecção de informativos em formato de Tangran em imã de geladeira Confecção do folder do Hortas Cariocas	Medida Compensatória	21.772,00
Confecção de camisas do Dia Mundial Sem Carro e BiciRio Uniformes do PEAR e Projeto Eco Natal Confecção de coletes – MA Folder Poluição Sonora, Areia Carioca, Bosque da Ilha do Governador, máscara para RioZoo, Jogo da água virtual e da árvore.	Medida Compensatória	44.141,78
Dinamização em Unidades de Conservação	Isenção Fiscal	190.117,30
Programa de Educação Ambiental em Áreas de Reflorestamento	Royalties de Petróleo FR-141	329.350,38
TOTAL		661.043,78

ANEXO III

BANCO DE PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 2017/2018

LOCAL	PROJETO	VALOR	STATUS
APA da Orla	Recuperação da área de vegetação com plantio de espécies nativas.	R\$ 2.930.159,82	Projeto elaborado.
	Remoção de espécies exóticas - manutenção de módulo	R\$ 16.681,18	Projeto elaborado.
	Remoção de espécies exóticas - manutenção de módulo B5.11 e 13	R\$ 16.340,01	Projeto elaborado.
	Recuperação de módulos de restinga da Praia de Ipanema	R\$ 47.860,08	Projeto elaborado.
Bangu	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada do Projeto QUITUNGO	R\$ 280.000,00	Projeto elaborado.
Barra da Tijuca	Manutenção, por 24 meses, de área recuperada do Projeto NOVA IPANEMA Dulcídio Cardoso	R\$ 500.000,00	Projeto elaborado.
Barra da Tijuca	Erradicação de leucenas no Trevo Ayrton Senna.	R\$ 1.500.000,00	Projeto elaborado.
P.N.M. Bosque da Barra	Cercamento no entorno do lago principal.	R\$ 62.495,00	Projeto elaborado.
	Execução da rede de esgoto, com ligação à rede coletora e instalação de caixas d'água	-	A elaborar orçamento.
	Instalação de novos brinquedos e mobiliário nas áreas infantis	R\$ 77.489,39	Orçamento elaborado.
	Reforma dos painéis do gradil externo.	R\$ 44.137,10	Orçamento elaborado.
P.N.M. Chico Mendes	Substituição do deque de madeira existente.	-	A elaborar orçamento.
	Instalação de cobertura na área de canteiros existente; substituição das portas metálicas e reparo nos banheiros da sede; reforma das estruturas do viveiro de jabutis/ jacarés	-	A elaborar orçamento.
	Plantio de espécies nativas.	-	A elaborar projeto.
P.N.M. da Catacumba	Instalação de guaritas.	-	A elaborar projeto.
	Reforma do gradil no estacionamento.	-	A elaborar orçamento.
	Revisão dos guarda-corpos nas trilhas.	-	A elaborar orçamento.
	Instalação de banheiro para PNE	-	A elaborar projeto.
	Melhorias na área infantil, com instalação de brinquedos e cobertura de piaçava	-	A elaborar orçamento.
	Reforma do piso no auditório	-	A elaborar projeto.
P.N.M. da Cidade	Manejo da vegetação, com poda e retirada de espécies exóticas	-	A elaborar projeto.
	Revisão dos telhados para resolver os graves problemas de infiltração existentes nas instalações do parque	-	A elaborar orçamento.
	Demolição dos banheiros próximo ao anfiteatro	-	A elaborar orçamento.
	Construção de cisternas para abastecimento dos prédios da Guarda Municipal e administração do parque	-	A elaborar orçamento.
P.N.M. da Freguesia	Conserto do portão de entrada	-	A elaborar orçamento.
	Substituição das estruturas de gradil tipo nylofor danificadas	-	A elaborar orçamento.
P.N.M. da Prainha	Recuperação das cercas do estacionamento	-	A elaborar orçamento.
	Ampliação da capacidade de reservação d'água com instalação de 2 cisternas de pvc de 5000l	-	A elaborar orçamento.
P.N.M. de Grumari	Revisão elétrica, reparo das áreas com infiltração	-	A elaborar orçamento.

LOCAL	PROJETO	VALOR	STATUS
P.N.M. Marapendi	Modernização da sinalização do Parque, com mapeamento, criação, arte-finalização, produção, entrega de arquivos digitais e instalação.	R\$ 154.183,44	Orçamento elaborado.
	P.N.M. de Marapendi: Manejo de exóticas	-	A elaborar orçamento.
P.N.M. Dois Irmãos	Reforma da sala de Educação Ambiental.	-	A elaborar projeto.
P.N.M. Serra do Mendanha	P.N.M. Serra do Mendanha: Recuperação de guarda-corpos da piscina e outros; construção de castelo d'água para abastecimento da administração e sala da guarda municipal; instalação de guarita na entrada; reforma das pontes; recomposição do piso do parque infantil; substituição das mesas de piquenique; revisão elétrica da sede; demolição das churrasqueiras e ruínas de banheiros na trilha; adequação do banheiro PNE à norma de acessibilidade.	R\$ 324.026,76	Projeto elaborado.
Parque Estadual do Grajaú	Reparos no gradil externo.	-	A elaborar orçamento.
	Reparos no prédio da administração - revisão de esquadrias e telhado, pintura em geral; reparos na guarita, instalação de caixa d'água; revisão das instalações hidráulicas e elétrica.	-	A elaborar orçamento.
	Reparos na praça: recomposição do piso saibro, contenção.	-	A elaborar projeto.
	Manejo da trilha do Vale	R\$ 383.802,40	Projeto elaborado.
Realengo	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada - fase 3 do Projeto CARCARÁ	R\$ 250.000,00	Projeto elaborado.
Realengo	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada - fase 3 do Projeto CAMPO MINADO	R\$ 380.000,00	Projeto elaborado.
Realengo	Expansão da área reflorestada do Projeto BATAN - fase 2, com manutenção por 24 meses	R\$ 150.000,00	Projeto elaborado.
Realengo	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada do Projeto CARCARÁ	R\$ 300.000,00	Projeto elaborado.
Santíssimo	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada - setor Albizia do Projeto MANDABUÁ	R\$ 450.000,00	Projeto elaborado.
Sulacap	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada - fase 2 do Projeto PERTINHO DO CEU	R\$ 120.000,00	Projeto elaborado.
Sulacap	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada - fase 2 do Projeto ALTO SULACAP	R\$ 150.000,00	Projeto elaborado.
Sulacap	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada - fase 3 do Projeto BICHO SOLTO/ COLISEU	R\$ 220.000,00	Projeto elaborado.
Sulacap	Expansão da área reflorestada do Projeto PERTINHO DO CEU, com manutenção por 24 meses	R\$ 400.000,00	Projeto elaborado.
Viveiro Fazenda Modelo	Reforma do almoxarifado	R\$ 458.413,41	Projeto elaborado.
Viveiro Grumari	Reforma com ampliação da área de apoio do Mutirão Reflorestamento	-	A elaborar projeto.
	Reforma do sistema de irrigação dos canteiros.	-	A elaborar orçamento.
Viveiro Horto Rizzini	Ampliação do galpão de beneficiamento de sementes.	R\$ 49.239,36	Projeto elaborado.
	Modernização dos canteiros	R\$ 188.920,26	Projeto elaborado.
	Reforma da estufa	R\$ 490.545,28	Projeto elaborado.
Campo Grande	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada do Projeto PARQUE ESPERANÇA	R\$ 795.487,83	Projeto elaborado.
Jardim Sulacap	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada do Projeto BURITI ALEGRE	R\$ 616.093,98	Projeto elaborado.
Campo Grande	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada do Projeto VALE DOS EUCALIPTOS	R\$ 1.515.573,37	Projeto elaborado.
Campo Grande	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada do Projeto SERRA DA POSSE	R\$ 1.882.793,53	Projeto elaborado.
Grumari	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada do Projeto SEGRETO MENOR	R\$ 37.500,00	Projeto elaborado.
Vila Kennedy	Expansão da área reflorestada do Projeto QUITUNGO, com manutenção por 24 meses	R\$ 250.000,00	Projeto elaborado.
Santíssimo	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada do Projeto VILA JACARÉ	R\$ 300.000,00	Projeto elaborado.

Sulacap	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada do Projeto SERRA DO VALQUEIRE	R\$ 225.000,00	Projeto elaborado.
---------	--	----------------	--------------------

LOCAL	PROJETO	VALOR	STATUS
Grumari	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada do Projeto SECRETO LESTE	R\$ 60.000,00	Projeto elaborado.
Vila Kennedy	Manutenção, por 24 meses, de área reflorestada do Projeto BAMBU AMARELO	R\$ 300.000,00	Projeto elaborado.
Município	Plantio de espécies atrativas de lepidópteros e monitoramento ambiental em quatro Unidades de Conservação do Rio de Janeiro	-	A elaborar projeto.
Barra da Tijuca Recreio dos Bandeirantes	Monitoramento da dinâmica populacional do jacaré de papo amarelo no P.N.M. Bosque da Barra e no P.N.M. Chico Mendes.	R\$ 136.690,44	Projeto elaborado.
Município	Monitoramento de espécie endêmica e ameaçada no Município do Rio: <i>liolaemus lutzae</i> (lagartixa de areia)	-	A elaborar projeto.